



3 REFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2361

1 Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de Dois Mil e Nove reuniram-se em caráter ordinário, às
2 dezoito horas e trinta minutos, em última chamada, na sala de Reuniões do sexto pavimento das
3 Secretarias de Obras e Viação e do Planejamento Municipal, nesta Capital, os seguintes Conselheiros
4 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental: **Helena Cristina Borges**, titular da
5 Região de Planejamento Três e presidindo a reunião; **Rômulo Krafta**, primeiro suplente da
6 Universidade Federal do Rio Grande do Sul; **Maria Elisabete Aguiar**, primeira suplente da Fundação
7 Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional; **Rogério G. de Los Santos**, primeiro suplente do
8 Departamento Municipal de Habitação, **Júlio Miranda**, titular da Empresa Pública de Transporte e
9 Circulação; **Rosane Zottis**, titular do Gabinete do Prefeito; **Breno Ribeiro**, primeiro suplente, e
10 **Antonio Luiz Gomes Pinto**, segundo suplente da Secretaria do Planejamento Municipal; **René de**
11 **Souza**, primeiro suplente da Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico; **Maria**
12 **Cristina Cademartori**, segunda suplente da Secretaria Municipal de Obras e Viação; **Cibeli Silva do**
13 **Carmo**, titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da
14 Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura; **José Euclésio dos Santos**, titular da
15 Associação Gaúcha dos Advogados de Direito Empresarial; **Analino Zorzi**, titular do Conselho
16 Internacional de Monumentos e Sítios; **Nilson Lopes Coelho**, primeiro suplente do Instituto de
17 Planejamento e Estudos SocioAmbientais; **José Luiz Domingues**, titular da Ordem dos Advogados
18 do Brasil; **Antônio Zago**, titular do Sindicato da Indústria da Construção Civil; **Alexandre Cohen**,
19 primeiro suplente do Sindicato dos Corretores de Imóveis; **Jorge Larré**, segundo suplente do
20 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre; **Romano Botin**,
21 titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Alan Cristian Table Furlan**, titular da
22 Região de Planejamento Um; **Márcia Bica**, titular da Região de Planejamento Dois; **Lauro Rossler**,
23 segundo suplente da Região de Planejamento Cinco, **Eduíno Mattos**, titular da Região de
24 Planejamento Cinco; **Heverson Luis V. da Cunha**, primeiro suplente da Região de Planejamento
25 Oito; **Alceu Rosa da Silva**, titular da Temática Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano e
26 Ambiental e **Ana Paula Tomasi**, secretária executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente** questionou
27 se havia alguma retificação ata e foi solicitada a correção quanto à data da última reunião, que foi
28 realizada no dia dezoito de maio e não no dia vinte e seis, conforme redigido. Não foram sugeridas
29 outras alterações. A ata foi colocada em votação e a mesma foi aprovada por dezessete votos
30 favoráveis, nenhum voto contrário e quatro abstenções. **Presidente** deu início às **comunicações**.
31 Conselheiro **Eduíno** justificou a sua ausência na última reunião, por motivo de viagem emergencial
32 em que não foi possível nem mesmo solicitar a presença dos suplentes. Conselheiro comentou sobre
33 a situação caótica que se encontra o trânsito de Porto Alegre, esta que afeta a saúde da comunidade,
34 em função do congestionamento na região do Hospital de Pronto Socorro, que faz com eu muitas
35 vezes as ambulâncias não consigam chegar com a urgência necessária. Acusou para a necessidade
36 de se encontrar soluções para esse quadro, seja através de algum tipo de desmembramento do HPS,
37 seja pela compra de helicópteros, ou outras formas. Deixou registrada a sua preocupação.
38 Conselheiro **Dino** informou que existem vários pontos destinados ao pouso de helicópteros em Porto
39 Alegre, mas que por algum motivo desconhecido, a SMAM não os permite. Levantou a possibilidade
40 de ser em razão do excesso de ruído e questionou a conselheira da SMAM sobre essa questão.
41 Conselheiro **Romano**, sobre o congestionamento viário, opinou que uma das alternativas para o
42 trânsito de Porto Alegre, particularmente no que se refere à Terceira Perimetral, seria transformar o
43 corredor de ônibus da Avenida em via expressa, por estar sem o uso esperado e as linhas
44 transversais serem insignificantes até o presente momento. Opinou que existam alternativas, mas que
45 cabe aos técnicos da EPTC fazerem as verificações necessárias. Conselheiro **Júlio** disse que a
46 Terceira Perimetral não é uma via expressa e que ela foi planejada para receber conexões que são
47 importantes, e que mesmo que de fato não tenham se concretizado até o momento, este é o
48 encaminhamento. Opinou que a idéia do conselheiro Romano traria benefícios apenas para quem
49 percorresse a via do início ao fim, porque pequenos trajetos esbarrariam na dificuldade das
50 conversões. Conselheiro **Romano** opinou que poderia ser viável, e deixou a sugestão para a análise.
51 Conselheiro **Zorzi** justificou a sua ausência e dos suplentes na última reunião, por motivo de viagem.
52 Conselheiro **Heverson** manifestou preocupação com a situação da busca por moradia em Porto
53 Alegre, apresentando aos demais matéria publicada em jornal de circulação local da zona sul, que



ATA N.º 2361

1 acusa para um número bastante elevado de inscrições para os programas de habitação, o que
2 representa um grande desafio. Leu outra notícia de jornal, esta que informava o início das obras de
3 dragagem do Arroio do Salso. Disse que apesar do informado, em visita ao local se verificou que o
4 maquinário está no local, mas que a obra não está acontecendo. Conselheiro ainda pediu atenção ao
5 aumento do valor da taxa de iluminação, simultaneamente ao fato de em alguns lugares ter sido
6 diminuída a potência das lâmpadas. Conselheira **Cibeli**, em resposta ao que foi dito sobre a proibição
7 de pouso de helicópteros na cidade, solicitou que fosse feito questionamento por escrito à SMAM,
8 para que possam ser respondidos com a devida atenção. Conselheiro **Euclésio** falou sobre a situação
9 do trânsito, dizendo que lembra que o prolongamento da Avenida Borges de Medeiros foi aprovado
10 junto ao CMDUA para servir de retorno e desafogar o centro da cidade, mas que hoje essa finalidade
11 não se concretizou, sendo que após a conclusão da obra a situação simplesmente permaneceu
12 inalterada e hoje serve quase que apenas como estacionamento de ônibus. Pediu para que a EPTC
13 verificasse essa situação. Conselheiro **Júlio** respondeu que o estabelecido para a Avenida Borges de
14 Medeiros está inserido em um projeto maior de desafogamento do centro, com possibilidade de
15 abertura da mesma até a Avenida Mauá. Opinou que o trajeto que contorna o Palácio do Comércio
16 não é longo, dentre outros detalhes. Conselheiro **Romano** disse que se o Conselho condicionou a
17 aprovação ao desafogamento do centro, entendendo que assim devesse ser cumprido e lembrando
18 que na época da referida aprovação do prolongamento, foi necessário se fazer uma série de obras
19 para a sua concretização, como o redirecionamento de esgotos. Conselheiro **Julio** disse que a
20 ordenação do trânsito no centro representa um desafio que se procura superar e que hoje se estuda a
21 possível abertura de uma série de ruas que foram fechadas anteriormente, sendo que a Avenida
22 Borges de Medeiros entraria nessa nova proposta de conexão. Conselheiro ratificou que existe um
23 planejamento de abertura da Avenida, mesmo que sem data especificada. Conselheiro **Romano**
24 acusou para a necessidade de o CMDUA conhecer os planos da EPTC. Conselheira **Helena** falou
25 sobre a mobilidade urbana, dizendo que o acesso para os hospitais Conceição e Cristo Redentor ficou
26 muito prejudicado desde que não existe mais a rótula da região, ocasionando em um acréscimo de
27 dez minutos no tempo de deslocamento para aqueles que fazem o trajeto bairro – centro. Condenou a
28 situação da Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, que ao longo do seu curso, que vai desde o triângulo
29 da Avenida Assis Brasil até a entrada de Alvorada, conta com quarenta semáforos, o que impossibilita
30 que seja uma via rápida. Sugeriu a formação de um grupo de trabalho para discutir as questões
31 viárias. Conselheira ainda informou, no que tange os projetos de habitação, que o DEMHAB dará
32 prioridade no atendimento das famílias que vivem em áreas de risco. Conselheiro **Eduíno** sugeriu que
33 na reunião sobre os temas diversos, onde não existem processos em pauta, se trate exclusivamente
34 das questões relativas ao planejamento viário, já que é sabida a gravidade da situação. Conselheira
35 **Elisabete** concordou com que se deva dar prioridade ao plano viário da cidade, e sugeriu que na
36 reunião sobre o tema, a EPTC faça uma explanação sobre o que existe de planejamento, para que
37 posteriormente se possa discutir o assunto. Conselheiro **Julio** opinou que não apenas a EPTC deva
38 apresentar a situação, mas outros órgãos envolvidos com a questão viária. Conselheira **Elisabete**
39 concordou, e disse que não apenas na reunião sobre o plano viário deva haver uma explanação
40 anterior ao debate, mas qualquer outro tema abordado deveria contar com um primeiro momento, que
41 poderia ser de quarenta e cinco minutos ou uma hora, onde os órgãos envolvidos dariam
42 embasamento às discussões. **Eunice** explicou que as sugestões de temas que foram enviadas pelos
43 conselheiros para as reuniões de temas diversos foram compatibilizadas e distribuídas em grupos,
44 estes que foram relacionados a artigos do Plano Diretor e aos respectivos solicitantes. Disse que já
45 existem planejamentos e projetos que são vinculados a alguns dos temas propostos, opinando que
46 seria interessante se conhecer o que está tramitando a respeito, seja na Prefeitura, seja fora dela.
47 Conselheiro **Lauro** disse que é importante conhecer o estágio em que se encontram esses estudos,
48 assim como ter a presença dos integrantes desses grupos de trabalho no Conselho. **Eunice** disse que
49 existem projetos vinculados à Copa, por exemplo, que mesmo não estando ainda em execução, estão
50 planejados. Conselheiro **Jorge** opinou ser muito importante se discutir o trânsito, mas questionou
51 como ficará a ordem dos temas para a discussão, já que na tabela referida pela Eunice identificou que
52 apesar de a sua entidade ter sido a segunda a enviar sugestão de temas, não era essa a sua
53 colocação no ordenamento dos temas. **Presidente** disse que tem sido manifestado maior interesse



ATA N.º 2361

1 pelo trânsito, e que por isso acabou sendo o primeiro da lista. Disse que a ordem apresentada na
2 listagem pode ser seguida dessa forma. Conselheiro **Nilson** propôs que o Conselho voltasse a se
3 reunir mensalmente para discutir os temas diversos, como fazia antigamente. Disse que a quantidade
4 de temas é grande e com uma reunião bimestral não será possível o seu esgotamento até o final do
5 ano. Sugeriu ainda que entrem na pauta desse tipo de reunião apenas processos de caráter
6 emergencial. Discutiu-se sobre a data da próxima reunião desse tipo, que pelo tempo transcorrido em
7 relação a sua última edição, se daria na próxima semana. Contudo, em função do pouco tempo que a
8 Prefeitura teria para preparar a apresentação anterior à discussão, foi sugerida a data de duas
9 semanas a seguir. Conselheiro **Romano** disse que gostaria de participar da reunião, mas que nessa
10 data não poderia comparecer, questionando se poderia ser em outro dia. Conselheira **Rosane**
11 resumiu o que se dizia em conversas simultâneas, sugerindo que fosse marcada para o dia dezesseis
12 de junho a data da reunião, ou seja, para três semanas seguintes a presente reunião, já que assim a
13 prefeitura teria tempo para preparar material informativo, e se atenderia a solicitação do conselheiro
14 **Romano**. Conselheiro **Zorzi** sugeriu ainda que as reuniões desse tipo fossem sempre na mesma data
15 do mês. Conselheiro **Alceu** opinou que a discussão prolongada sobre o tema prova que o Conselho
16 ainda não está organizado para lidar com esse tipo de reunião. Opinou que a mobilidade urbana é
17 tema importante e que deva se dedicar esforços para encontrar uma solução. Conselheiro **Zago**
18 opinou que a reunião deva ser feita sempre na última semana do mês, com início no mês de junho,
19 para que possam ser providenciadas as devidas apresentações. Conselheira **Helena** disse que já é o
20 quarto ano em que se tenta fazer esse tipo de reunião de forma organizada e sistemática e que não
21 tem se conseguido. Conselheiro **Euclésio** concordou com a data proposta e sugeriu que em caso de
22 não se conseguir esgotar o tema abordado apenas em um encontro, que seja feita chamada para
23 reunião extraordinária sempre na quinta-feira imediatamente posterior à última terça-feira do mês.
24 **Presidente** colocou em votação a proposta de reunião mensal para os temas diversos, com data para
25 última semana de cada mês e com chamada extraordinária para as quintas-feiras imediatamente após
26 a reunião, para os casos em que não se consiga esgotar o tema. Conselheira **Cibeli** pediu a
27 confirmação sobre o que foi colocado em votação e questionou se ficava subentendida a ordenação
28 dos temas conforme apresentado na planilha elaborada pela Eunice. **Presidente** confirmou e sugeriu
29 que a secretária executiva enviasse o calendário de temas propostos por e-mail aos conselheiros.
30 Conselheira **Márcia** propôs alteração de um item da legislação relacionada a um dos temas
31 propostos, que estavam apresentados na tabela. **Eunice** opinou que não achava a mudança
32 adequada, e explicou os motivos. Conselheira **Cristina** também não achou adequada a alteração.
33 Conselheiro **Alceu** pediu que houvesse concentração para a votação das datas, por enquanto.
34 **Presidente** colocou novamente a proposta em votação e a mesma foi aprovada por vinte e quatro
35 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Conselheira **Helena** pediu que o
36 conselheiro Euclésio a substituísse na presidência, já que tinha processo para apresentar. **Presidente**
37 iniciou a Ordem do Dia. **Processo Quatro Ponto Um**, relator: GP; processo número 002.071973.07.9;
38 interessado: SPM; assunto: Minuta de lei para instituição do EIV. Conselheira **Rosane**, relatora do
39 processo, informou que o mesmo será apreciado quando puder estar presente na reunião a promotora
40 Vaneska, da PGM, já que foi ela quem acrescentou ao processo as informações relativas ao pedido
41 de diligência encaminhado pelo Conselho. Conselheiro **Zorzi** solicitou que o parecer da procuradora
42 fosse encaminhado por e-mail para os conselheiros pela secretária executiva. Adiado. **Processo**
43 **Quatro Ponto Dois**. Relator: IPES; expediente número: 002.203920.00.6; interessado: Adelghi
44 Ernesto Rasia; assunto: Resolução Alteração Traçado Viário e Área Verde; local: número duzentos e
45 quarenta e outros da Rua Álvaro Veiga Andrade. Conselheiro **Nilson**, relator do processo, solicitou
46 maior prazo para a apreciação do mesmo. Adiado. **Processo Quatro Ponto Três**, relator RP 3;
47 expediente número 002.313090.00.8; interessado: Ipiranga Engenharia; assunto: Reconsideração
48 EVU Parcelamento; local: número dez mil seiscentos e cinquenta da Avenida Assis Brasil.
49 Conselheira **Helena**, relatora do processo, solicitou maior prazo para a apreciação do mesmo. Adiado.
50 **Processo Quatro Ponto Quatro**, relator RP 8; expediente número 002.070360.09.0; interessado
51 UPSD/SPM; assunto: Resolução – Alteração Gravame Traçado Viário; local: número um mil
52 quinhentos e doze da Avenida Edgar Pires de Castro. Conselheiro **Heverson**, relator do processo,
53 solicitou prazo maior para a apreciação do mesmo. Adiado. **Processo Quatro Ponto Cinco**, relator



ATA N.º 2361

1 OCDUA; expediente número 002.070715.07.6; interessado SMOV; assunto Resolução – Inclusão
2 Traçado Viário; local: Santa Paula – Bairro Agronomia. Processo retornou de diligência à SPM, SMAM
3 e DEP. Conselheiro **Gomes**, em nome da SPM, fez os esclarecimentos. Apresentou mapa da área
4 envolvida e disse que a via em questão já consta no traçado viário, sendo apenas necessário o
5 cadastramento para que os moradores possam ter endereço oficializado. Disse que o processo foi
6 encaminhado para diligência por pedido do conselheiro Alceu, por entender que a referida rua
7 avançaria em área de preservação área de preservação, mas que de fato esse avanço não seria
8 necessário, já que a conexão com avenida almejada pelos moradores poderia se dar por outro acesso
9 a partir do trecho em questão. Conselheiro **Alceu** questionou esse entendimento, e disse que a
10 redação do processo estava bem clara quanto à solicitação do cadastramento avançando sobre a área
11 de preservação ambiental. Conselheira **Rosane**, em vistas ao processo, concordou com esse
12 entendimento. Conselheiro **Breno** sugeriu que pudesse estar havendo erros de redação. **Presidente**
13 solicitou que a conselheira Rosane fizesse a leitura da justificativa da resolução. Conselheiro **Alceu**
14 pediu licença e fez a leitura do seu parecer, em função de ser o relator do processo. Conselheiro
15 **Breno** pediu vistas ao processo, entendendo que realmente havia a necessidade de se fazer
16 correções no texto, na justificativa e também no mapa. **Presidente** pediu para que fosse apreciado
17 primeiramente o Processo Quatro Ponto Sete da pauta, o invés do Quatro Ponto Seis, já que este era
18 de sua relatoria. **Processo Quatro Ponto Sete**, relator: SMAM; expediente número 002.318946.00.5;
19 interessado: Melson Tumelero S/A; assunto Resolução - Exclusão de Gravame de Área Verde; local:
20 Quarteirão formado por: Avenida Sertório, Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, Rua Ari Barroso e Rua
21 Anita Grossi. Conselheira **Cibeli**, relatora do processo, leu a resolução e disse que não tinha nada a
22 opor ao solicitado. Conselheira **Helena** e conselheiro **Alceu** pediram vistas ao processo. **Presidente**
23 concedeu vistas conjunta. **Presidente** solicitou que a conselheira Helena assumisse novamente a
24 presidência para que ele pudesse relatar o seu processo. **Processo Quatro Ponto Seis**, relator:
25 AGADIE; expediente número 001.027317.08.0; interessado: OP Partenon; assunto: Inclusão Gravame
26 Traçado Viário; local: Rua Central Vila São José Comunitária, Bairro São José. Conselheiro **Euclésio**
27 relatou o processo e disse que o mesmo tramitou devidamente nos setores e secretarias necessárias,
28 se manifestando favorável ao solicitado. Conselheiro **Nilson** se manifestou favorável, mas achou
29 importante manifestar que nem sempre as solicitações são atendidas da mesma maneira, já que em
30 outro momento houve um caso similar, de demanda do Orçamento Participativo, este que foi negado,
31 por não existir gravame. Diferente do que ocorre na presente apreciação, já que se verifica a
32 possibilidade de liberação através de um outro trajeto, e se garante primeiramente a verba para depois
33 se garantir o trâmite legal. Conselheiro **Heverson**, disse que essas diferentes possibilidades ocorrem
34 em razão da existência da política. Conselheiro pediu vistas ao processo. **Presidente** concedeu. Às
35 dezenove horas e cinquenta minutos foram encerrados os trabalhos do Conselho Municipal de
36 Desenvolvimento Urbano e Ambiental pelo Presidente. Eu, Ana Paula Tomasi, assino e lavro,
37 juntamente com o Presidente a presente ata.
38
39
40
41

42 Ana Paula Tomasi
43 Secretária Executiva
44

Helena Cristina Borges

José Euclésio dos Santos
Presidentes